

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

HÉRLEY NUNES FERRAZ ROCHA

**DA INOVAÇÃO DA FIRMA À INOVAÇÃO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE O
CONCEITO DE INOVAÇÃO DE SCHUMPETER AOS EVOLUCIONISTAS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2019**

HÉRLEY NUNES FERRAZ ROCHA

**DA INOVAÇÃO DA FIRMA À INOVAÇÃO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE O
CONCEITO DE INOVAÇÃO DE SCHUMPETER AOS EVOLUCIONISTAS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Josias Alves de Jesus

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2019

R571i

Rocha, Hérley Nunes Ferraz.

Da inovação da firma à inovação social: um debate sobre o conceito de inovação de Schumpeter aos evolucionistas. / Hérley Nunes Ferraz Rocha, 2019.
54f.

Orientador (a): Dr. Josias Alves de Jesus.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referências. F. 50 - 54.

1. Inovação social – Desenvolvimento econômico. 2. Inovação tecnológica. 3. Sistemas Nacionais de Inovação. I. Jesus, Josias Alves de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD. 338.9

HÉRLEY NUNES FERRAZ ROCHA

**DA INOVAÇÃO DA FIRMA À INOVAÇÃO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE O
CONCEITO DE INOVAÇÃO DE SCHUMPETER AOS EVOLUCIONISTAS**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II.

Aprovada em 19/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Josias Alves de Jesus
Orientador

Pedro Henrique de Moraes
Examinador

Marco Antônio Araújo Longuinhos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente viabilizaram a construção desse trabalho. Primeiramente aos meus pais, irmãos e amigos, envolvidos em todo processo de formação, aos professores e servidores da UESB que com seus esforços colaboram com o bom funcionamento da instituição e agradeço também, especialmente, ao Professor Josias por estar diretamente empenhado no sentido de motivar, orientar e assistir a confecção desta produção científica e aos Professores José Antônio e Vinícius por instigarem ao cumprimento dos prazos e obrigações.

RESUMO

A ideia de progresso tecnológico já existia na época clássica da economia, mas foi com as ideias de Joseph Alois Schumpeter que o tema ganhou notoriedade. Este trabalho toma como ponto de partida a Teoria do Desenvolvimento Econômico elaborada por Schumpeter para atingir o seu objetivo que é apresentar o desenvolvimento dos conceitos teóricos sobre inovação desde Schumpeter até o que hoje é denominada Inovação Social. Para atingir o objetivo principal o trabalho se utiliza da abordagem hipotético-dedutiva, que possibilita preencher lacunas no estudo científico a partir de hipóteses que se demonstrem verdadeiras e como técnica de pesquisa, houve o uso da revisão bibliográfica, explorando os pressupostos apresentados desde Schumpeter até os autores neo-schumpeterianos, finalizando com a moderna ideia de Inovação Social cuja linha teórica apresenta a participação de diversos atores num processo de interação buscando o desenvolvimento social e econômico. O estudo apresenta por fim a ideia de que o conceito de inovação evoluiu de acordo com novas necessidades sociais e para isso foi fundamental um meio institucional que proporcionasse tais mudanças, finalizando por oferecer margem ao debate sobre a caracterização e identificação das inovações sociais visando a sua promoção para benefício da sociedade.

Palavras-Chave: Inovação Social, Inovação Tecnológica, Sistemas Nacionais de Inovação

ABSTRACT

The idea of technological progress already existed in the classical era of economics, but it was with the ideas of Joseph Alois Schumpeter that the theme gained notoriety. This paper takes as its starting point the Theory of Economic Development elaborated by Schumpeter to achieve its objective which is to present the development of theoretical concepts about innovation from Schumpeter to what is today called Social Innovation. To reach the main objective the work uses the hypothetical-deductive approach, which makes it possible to fill gaps in the scientific study from hypotheses that prove true and as a research technique, there was the use of literature review, exploring the assumptions presented from Schumpeter to the neo-schumpeterianos authors, ending with the modern idea of Social Innovation whose theoretical line presents the participation of diverse actors in an interaction process seeking the social and economic development. Finally, the study presents the idea that the concept of innovation has evolved in accordance with new social needs. For this purpose, an institutional environment was essential to provide such changes. promotion for the benefit of society.

Keyword: National Innovation Systems, Social Innovation, Technological Innovation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Estrutura de ciclos segundo Schumpeter

23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de inovação social	40
Quadro 2 - Classificação das inovações sociais	42
Quadro 3 - As dimensões de análise de uma inovação social conforme o CRISES	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRISES	<i>Centre de Recherche sur Les Innovations Sociales</i>
EMUDE	<i>Emerging User Demands for Sustainable Solutions</i>
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
SI	Sistema de Inovação
SNI	Sistema Nacional de Inovação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. SCHUMPETER E A INOVAÇÃO: UMA REVISÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
1.1. Crescimento versus desenvolvimento	15
1.2. Inovação e destruição criadora	17
1.3. Empresário Schumpeteriano e crédito	20
1.4. Os ciclos econômicos como consequência das inovações	22
2. A ESCOLA NEO-SCHUMPETERIANA E A ABORDAGEM EVOLUCIONISTA	25
2.1. A inovação além de Schumpeter	25
2.2. A inovação como ferramenta para o desenvolvimento	28
2.3. A inovação sob perspectivas multidisciplinares	32
2.4. Sistemas Nacionais de Inovação e o ambiente institucional	34
3. INOVAÇÃO SOCIAL: CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS	38
3.1. O conceito de inovação social e as diferentes abordagens	38
3.2. Análise sistêmica das inovações sociais	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Desde a era clássica da economia já havia a ideia de progresso tecnológico. O tema já aparecia nos escritos de economistas como Karl Marx (1818-1883), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), mas não como um assunto central. A partir das ideias de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) o progresso tecnológico foi posicionado em primeiro plano, como um elemento fundamental ao desenvolvimento econômico, sendo transformado em um item relevante a ser estudado pela comunidade acadêmica. Sendo Schumpeter apontado como precursor do tema, prevalece desta forma como um dos autores mais citados na literatura sobre inovação, principalmente quando se trata da área das ciências sociais aplicadas.

Tomando como ponto de partida os trabalhos de Schumpeter, o tema ganhou maior relevância a partir do início do século XX. O autor apresentou em sua obra inicial uma ruptura com determinados pressupostos clássicos e neoclássicos e inseriu a ideia da inovação como propulsora do desenvolvimento, que tomava essa forma a partir do momento em que as ideias fossem levadas para a prática e difundidas, tornando-as invenções economicamente relevantes, destacando inclusive que o ato de implementar tais propostas exigia do agente aptidões específicas, diferentes daquelas cujo autor que concebia a ideia inovadora possuía (SCHUMPETER, 1997).

Ao longo de 30 anos, Schumpeter realizou diversas contribuições desde a concepção sobre inovação e embasou ao longo do século uma série de estudos sobre o tema, que foram fundamentados sobre os pilares delimitados pelo economista austríaco. Contudo, embora tenha sido extremamente relevante, Schumpeter não teorizou todos os tipos de inovação existentes. Coube assim a uma nova geração de economistas lapidar o pensamento schumpeteriano a fim de satisfazer as necessidades da sociedade. Deste modo, conforme visto em Jesus (2007), esse grupo de economistas contemporâneos procurou compreender o comportamento da dinâmica econômica a partir das inovações como sua força motriz, onde buscavam uma alternativa teórica aos preceitos neoclássicos que concebiam a economia a partir de modelos estáticos focados na firma e nos mercados, abandonando assim o referencial de equilíbrio. A essa escola, deu-se o nome de Neo-Schumpeteriana, cujos pressupostos inseriram novas variáveis e abordagens analíticas à teoria desenvolvida por Schumpeter.

Ainda sob a perspectiva das novas abordagens, observa-se o surgimento de uma nova ramificação que se utiliza da inovação para promover soluções às demandas sociais. A essa

derivação, denominou-se inovação social. A esse conceito se agregam também novas perspectivas, novas delimitações e novos agentes participantes, da mesma forma que novas contribuições para o sistema econômico e desenvolvimento da sociedade.

Tendo esse conceito evoluído na busca por uma maior aplicabilidade diante da dinâmica capitalista contemporânea, levanta-se o seguinte questionamento: como o conceito de inovação evoluiu desde as ideias iniciais de Schumpeter até chegar à moderna concepção da inovação social?

O objetivo desse trabalho desta forma é apresentar o desenvolvimento dos conceitos teóricos sobre inovação desde Schumpeter até o que hoje é denominada inovação social, demonstrando progressos e rupturas nas ideias e teorias que tratam o tema, reforçando o papel das inovações na busca pela solução de problemas que fogem ao controle de agentes individuais, demonstrando uma nova perspectiva sobre a dinâmica capitalista.

Para que seja alcançado o objetivo central proposto para o estudo, a pesquisa atingirá também alguns objetivos específicos que são: a) realizar um resgate teórico da Teoria do Desenvolvimento Econômico elaborada por Schumpeter convergindo à ideia de inovação apresentada pelo autor; b) demonstrar os desdobramentos decorrentes de sua teoria face a um novo contexto da economia mundial e novos desafios a serem enfrentados; c) caracterizar a inovação social dentro da perspectiva central do trabalho, delimitando o seu conceito e trazendo uma abordagem sistêmica para sua identificação.

Para que os objetivos propostos sejam atingidos, este trabalho busca no método de abordagem o ferramental necessário para seu desenvolvimento. Conforme apresentado por Lakatos e Marconi (1992), o método de abordagem se caracteriza por uma abordagem mais ampla, com maior nível de abstração sobre o tema, o que possibilita ao pesquisador decidir sobre o alcance de sua investigação, bem como o tratamento de outras variáveis como regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações (PRODANOV E FREITAS, 2013). De acordo com essa perspectiva, o método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, que segundo Lakatos e Marconi (1992) tem início na percepção de uma lacuna nos conhecimentos sobre o tema a que se levanta determinada hipótese e, através do processo de inferência dedutiva, testa a predição de fenômenos os quais são abrangidos pela hipótese.

Em relação ao método de procedimento, que conforme Gil (2008) tem como objetivo oferecer ao investigador meios técnicos que garantam a objetividade e precisão no estudo de fatos sociais, este trabalho se utiliza do método monográfico, onde, segundo Lakatos e Marconi

(1992), trata-se de um estudo sobre um determinado tema, específico ou particular, pode ser considerado representativo de muitos outros e segue rigorosa metodologia. Investiga o tema proposto não somente em profundidade, mas também em seus mais variados ângulos e aspectos, a depender do fim a que se destina.

Para além dos métodos de abordagem e de procedimento, este estudo recorre à pesquisa bibliográfica como ferramenta para sua elaboração. De acordo com Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica se caracteriza a partir do levantamento das publicações realizadas sobre o tema na forma de revistas, livros, artigos, teses, publicações avulsas e etc. Sendo que o seu objetivo é fazer com que o pesquisador tenha contato direto com o material escrito sobre determinado assunto a fim de auxiliar a análise científica e a manipulação das informações.

Conforme exposto por Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca solucionar um problema a partir de referenciais teóricos já publicados, fazendo uma análise e promovendo a discussão sobre as variadas contribuições científicas apresentadas. Esse tipo de pesquisa respalda o tema abordado demonstrando diferentes enfoques e perspectivas existentes na literatura científica e, para tal, é necessário que a pesquisa admita processos que vão desde a compreensão da definição do tema até a construção e estruturação lógica do estudo.

Observa-se que nos países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a utilização de abordagens sistêmicas vêm contribuindo para a compreensão das novas perspectivas sobre o desempenho em sistemas econômicos inovadores. Tais análises promovem uma maior atenção às interações que ocorrem entre os diversos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento e difusão de tecnologias e conhecimento e se tornam tão importantes quanto os investimentos específicos em Pesquisa e Desenvolvimento. A partir desse enfoque, compreender a inovação e seus desdobramentos, o fenômeno dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) e o conceito de inovação social, cujos estudos são voltados ao entendimento dos vínculos e redes interativas existentes dentro de um sistema de inovações, traz a possibilidade de análise aos desenvolvedores de políticas públicas a fim de promover o desenvolvimento de novas abordagens para a melhoria do desempenho das inovações nas economias em que estiverem inseridas.

Este trabalho não tem por finalidade encerrar qualquer discussão sobre o assunto, salientando que, ainda que amplamente discutido, trata-se de um universo extremamente dinâmico onde sempre caberão novas informações e relações entre as diversas narrativas,

terminologias e desmembramentos teóricos e embora não haja ineditismo na ideia central exposta, esse estudo se torna relevante ao buscar realizar um alinhamento temporal e demonstrar conexões e rupturas ao longo da trajetória do conceito de inovação desde a abordagem em Schumpeter, até o posicionamento contemporâneo sob a perspectiva da inovação social, incluindo sua abordagem sistêmica e caracterização.

Este trabalho está estruturado em três partes além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se a Teoria do Desenvolvimento Econômico elaborada por Schumpeter de forma a trazer uma compreensão para o leitor sobre o contexto da inserção da ideia da inovação como promotora do desenvolvimento econômico. Aborda-se a ideia do crédito, do empreendedor Schumpeteriano e o posterior enfoque cíclico da dinâmica capitalista.

A segunda parte do trabalho traz a retomada e desmembramentos dos pressupostos schumpeterianos, cuja ocorrência a partir da década de 1970 buscou explicação para os fenômenos econômicos da época que para alguns autores eram consequências da segunda grande guerra. Para essa corrente teórica, deu-se o nome de neo-schumpeterianos ou evolucionistas e gerou para o âmbito acadêmico duas linhas doutrinárias distintas, porém, alicerçadas sob preceitos semelhantes. Dentro desse capítulo se insere também a ideia de Sistemas Nacionais de Inovação, cuja *approach* é consequência de uma dessas linhas teóricas.

A terceira parte deste estudo aborda o moderno conceito de inovação social, apresentando num primeiro momento uma diversidade de perspectivas e conceitos existentes, para a partir dessa concepção trazer o debate para autores com uma maior significância teórica que por fim apresentam pontos que possibilitam caracterizar e identificar o ambiente onde tal fenômeno ocorre, bem como seus atores (participantes) e seus beneficiários. Por fim, o trabalho apresenta as considerações finais relacionadas aos objetivos descritos e contribuições apresentadas.

1. SCHUMPETER E A INOVAÇÃO: UMA REVISÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As obras de Schumpeter¹ podem ser divididas em dois momentos distintos. No primeiro momento, destacam-se os escritos de quando era jovem, sendo tomado como o principal deles a obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” publicada em 1912. Já no segundo momento destacam-se obras que demonstram certa ruptura com seus primeiros trabalhos e aqui está elencada como a principal delas “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, publicada em 1942. Para o desenvolvimento deste capítulo, utiliza-se como suporte teórico sua obra apresentada ao meio acadêmico em 1912, onde apresenta os conceitos de inovação e sua importância no que concerne ao desenvolvimento econômico.

1.1 Crescimento versus desenvolvimento

A obra schumpeteriana implementa novas ideias aos escritos neoclássicos e vale salientar primeiramente determinados conceitos elaborados por ele para que se compreenda a real importância da sua teoria sobre o desenvolvimento econômico. Schumpeter (1997) traz a distinção entre crescimento e desenvolvimento, conduzindo a ideia do estado estacionário através de uma economia estática inserida num “fluxo circular”, sem desenvolvimento. Tal diferenciação se faz necessária para estabelecer uma compreensão sobre os impactos da inovação nos ciclos econômicos e foi elaborada em sua teoria do desenvolvimento econômico em 1912, onde o autor buscou delinear características básicas do fluxo de atividades econômicas com o decorrer do tempo.

Primeiramente, em sua obra, Schumpeter descreve o fluxo circular e expõe a partir da noção de “estado estacionário”, a existência da economia sem desenvolvimento. Ela é descrita como uma vida econômica concebida através de um sistema circular equilibrado, cuja produção de bens sempre alcança um mercado consumidor. Schumpeter afirma que nesse tipo de modelo,

¹ Nascido em Triesch, Morávia, província austríaca hoje pertencente à República Tcheca, no ano de 1883, Joseph Alois Schumpeter era filho de Alois Schumpeter e Johanna. Ficou órfão do pai aos quatro anos de idade, por conta de uma fatalidade em um acidente de caça. Sua mãe, viúva, mudou-se para Graz e em 1883 casou-se com um oficial de alta patente aposentado chamado Sigismund Von Keller. Tal união fez com que a família fosse morar em Viena, onde por consequência de ligações aristocráticas de seu padrasto, Schumpeter fora sido beneficiado podendo realizar o curso secundário numa academia voltada à nobreza (NASAR, 2011). Ainda em Viena no ano de 1906, Schumpeter conferiu grau de Doutor na Universidade de Viena. Em 1907 conheceu os importantes economistas Alfred Marshall e John Maynard Keynes, no ano de 1927 lecionou nas universidades de Ceni e Graz na Áustria, sendo posteriormente Ministro das Finanças daquela nação. Em 1925, Schumpeter se deslocou para a Universidade de Bonn na Alemanha. Em 1932 foi convidado para dar aula em Harvard, tendo permanecido lá até a sua morte em 1950 (SWEEZY, 1962)

toda demanda é atendida por uma oferta específica e que em nenhum lugar desta economia há mercadorias sem sua demanda própria, apontando que:

(...) todos os bens encontram um mercado, segue-se novamente que o fluxo circular da vida econômica é fechado, em outras palavras, que os vendedores de todas as mercadorias aparecem novamente como compradores em medida suficiente para adquirir os bens que manterão seu consumo e seu equipamento produtivo no período econômico seguinte e no nível obtido até então, e vice-versa (SCHUMPETER, 1997, p.27-28).

A percepção da ideia de fluxo circular implica desta forma que sempre haverá em algum lugar do sistema econômico uma demanda aguardando cada item a ser produzido e que não existe em qualquer lugar bens sem complementos, ou seja, outros bens sob posse de pessoas que os trocariam em alguma situação por bens anteriormente produzidos (SCHUMPETER, 1997).

No fluxo circular, como caracterizado por Schumpeter (1997), o dinheiro tem a função simples de facilitar a circulação de bens, não havendo nessa perspectiva desencaixes entre desembolsos e recebimentos. Em sua obra, o autor descreve a vida econômica do ponto de vista de um fluxo econômico bem comportado, sem grandes perturbações e incrementos ano após ano de forma que o sistema não apresenta evoluções significativas e sempre é levado a uma posição de equilíbrio. A dinâmica existente nesse sistema necessita apenas de alguns pequenos ajustes em variáveis como preço, oferta e demanda que ocasionam por fim num novo ponto de equilíbrio (SOUZA, 1997).

Sob essa visão do estado estacionário gerado por um fluxo circular na economia, Schumpeter traz a noção do crescimento econômico que pode ser descrito conforme visto em Souza (1997) como alterações quantitativas ocorrendo de forma equilibrada, determinadas principalmente por variações demográficas que ampliam a força de trabalho e que a expansão da renda e a acumulação de capitais tendem a alcançar um novo nível de equilíbrio sem causar grandes conturbações no sistema econômico. Desta forma, como dito anteriormente, essa noção de conceituação de crescimento econômico se faz necessária ao ingressar na explicação sobre a teoria do desenvolvimento econômico desenvolvida por Schumpeter de maneira a melhorar a didática para sua compreensão.

Ainda de acordo com Schumpeter (1997), a noção explicada acima é insuficiente para descrever mudanças significativas no sistema, que não se enquadram como reflexo do sistema estático idealizado pelas análises neoclássicas de equilíbrio geral precedentes à sua teoria, acrescentando que tal noção é incapaz de antever consequências de mudanças não contínuas e

não pode decifrar a ocorrência de tais revoluções na produção e muito menos os fenômenos consequentes delas. O autor traz a ideia de que:

Essa ocorrência da mudança “revolucionária” é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal. A razão pela qual colocamos assim o problema e nos afastamos da teoria tradicional não reside tanto no fato de que as mudanças econômicas, especialmente, se não unicamente, na época capitalista, ocorreram efetivamente assim e não mediante adaptação contínua, mas reside no fato de serem elas fecundas (SCHUMPETER, 1997, p.74).

Entende-se dessa forma que existe dentro do sistema capitalista um ponto crucial que vai exigir uma modificação na análise do fluxo econômico para que se explique um evento que causa grande perturbação em seu equilíbrio e por consequência disso, uma perceptível expansão em suas variáveis, exigindo dessa forma uma modificação de perspectiva analítica. Enquanto a análise tradicional pode lidar com as consequências das mudanças nas condições naturais, ela falha quando ocorre uma mudança endógena do sistema que interfere em sua dinâmica e causa alterações descontínuas que promovem revoluções produtivas e os fenômenos que as seguem.

Desta forma, Schumpeter (1997) delineou a evolução do sistema como uma perturbação nas suas estruturas e a ocorrência dessa mudança revolucionária que expande os seus horizontes instaurou o problema do desenvolvimento. Portanto, através de Schumpeter (1997) entende-se por desenvolvimento econômico a expansão do fluxo econômico decorrente de mudanças endógenas ao sistema, que promovem grande alteração em sua estrutura, dinâmica e demais variáveis, sendo o autor bastante incisivo onde determina que esses deslocamentos devem partir exatamente de dentro do sistema, pois o contrário disso pode ser desconsiderado como desenvolvimento econômico.

Portanto, nem toda mudança no equilíbrio induzida por uma mudança na estrutura funcional da economia necessariamente irá implicar em um processo de desenvolvimento. Para que haja de fato o desenvolvimento, essa mudança deve impactar no fluxo circular de forma a descontinua-lo produzindo uma perturbação cujo sistema não seja hábil a adaptar-se, alterando o equilíbrio até então prevalecente. O desenvolvimento, diferentemente do crescimento, exige que não somente haja mudanças significativas no sistema, exige também dele de forma prioritariamente endógena uma reação de cunho expansivo.

1.2 Inovação e destruição criadora

Conforme apresentado anteriormente, para que ocorra o fenômeno do desenvolvimento econômico, é exigido ao sistema que haja uma grande mudança a fim de

perturbar o seu equilíbrio e causar uma expansão em suas variáveis. Desta forma, na obra de Schumpeter, é apresentada a mudança tecnológica como principal ferramenta de perturbação do sistema, como pode ser corroborado em Souza (1997), que salienta que a essência do desenvolvimento econômico está estabelecida em novas combinações de fatores de produção e de mudanças revolucionárias e irreversíveis da função de produção agregada.

Ainda segundo Souza (1997), face ao caráter endógeno de tais mudanças, estas são atribuídas à esfera produtiva, não levando em conta então o consumo e por assim dizer, ressalta a importância dos produtores na performance de novas combinações, sendo os consumidores induzidos ao consumo dos produtos e serviços derivados das inovações, estabelecendo seu foco na oferta.

Para Schumpeter (1997), o conceito de inovação abrange cinco casos distintos, sendo:

- a) introdução de um novo bem: que é a introdução de um bem cujos consumidores ainda não estiverem familiarizados, ou de uma nova qualidade de um bem. Neste primeiro caso ocorre uma mudança substancial no fornecimento de bens para a população, de forma que o mercado admita essa nova experiência e passe a demandar esse novo bem ou serviço;
- b) introdução de um novo método de produção: a introdução de um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. Nesse caso, a mudança ocorrida na forma de se produzir bens ou fornecer serviços deve apresentar vantagens sobre as formas antigas a fim de promover ganhos produtivos que reflitam em maior qualidade, menores custos, melhor logística, maior produtividade ou qualquer outro benefício em relação à forma anterior;
- c) abertura de um novo mercado: é a introdução de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. Desta forma, neste caso, há uma ampliação em sua demanda promovendo a entrada de uma maior quantidade de recursos que tendem a inflar o tamanho de tal economia amplificando a capacidade de geração de lucro daquele sistema;
- d) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados: descoberta essa que é considerada nova independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. Nesta circunstância, em ambientes com escassez de recursos que possam causar limitações produtivas novas fontes de matérias-primas ou produtos semimanufaturados implicam em um melhor abastecimento das unidades produtoras naquele sistema sem o risco de incorrerem na exaustão de recursos, sejam eles naturais ou não;
- e) estabelecimento de uma nova estrutura organizacional de qualquer indústria, como a criação de uma posição de

monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. Já neste caso uma mudança estrutural da indústria pode ser forte o suficiente para causar perturbações no sistema como um todo, gerando uma onda de mudanças na economia.

Segundo Denis (1974), embora Schumpeter apresente no conceito de inovação cinco pontos distintos, na sua obra, a análise destaca principalmente os dois primeiros pontos. Sendo assim, é importante observar que Schumpeter (1997) destaca duas circunstâncias fundamentais para que as novas combinações (ou inovações) possam ser postas em prática. A primeira é a de que essas novas combinações sejam coordenadas por novas empresas que passam a fazer concorrência às empresas antigas, afirmando que “as novas combinações, via de regra, estão corporificadas, por assim dizer, em empresas novas que geralmente não surgem das antigas, mas começam a produzir a seu lado” (SCHUMPETER, 1997, p.77).

A segunda circunstância é que não se pode partir do pressuposto que existe no processo dessas novas combinações o uso de meios de produção que não estavam sendo utilizados anteriormente, levando à compreensão de que tais novas combinações se utilizam de meios de produção já empregados anteriormente em empresas antigas que se deslocam para novos arranjos (SCHUMPETER, 1997).

Ocorre dessa forma uma ruptura com o pensamento econômico tradicional por parte do autor ao inferir que para o desenvolvimento econômico ocorrer não tem necessariamente que acontecer uma ampliação nos meios de produção (terra, população, capital, etc.), mas que as novas combinações são essenciais ao desenvolvimento, afirmando que a evolução técnica de uma economia estagnada é crucial para mudanças na sua capacidade produtiva e conseqüente expansão, onde aponta que “o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não” (SCHUMPETER, 1997, p.78).

Por assim dizer, com o surgimento de empresas novas que apresentam custos de produção normalmente mais baixos e conseqüentemente também possuem maior eficiência produtiva, condenam a obsolescência das empresas antigas levando-as ao conseqüente fechamento. Processo esse que remete à ideia de “destruição criadora” apresentada por Schumpeter em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de 1912 e depois tratada com maior profundidade em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de 1934.

(...) para manter o exemplo já escolhido, em geral não é o dono de diligências que constrói estradas de ferro. Esse fato não apenas coloca sob uma luz

especial a descontinuidade que caracteriza o processo que queremos descrever, e, por assim dizer, cria ainda um outro tipo de descontinuidade além da mencionada acima, mas também explica características importantes do curso dos acontecimentos. Especialmente numa economia de concorrência, na qual combinações novas signifiquem a eliminação das antigas pela concorrência, explica, por um lado, o processo pelo qual indivíduos e famílias ascendem e decaem econômica e socialmente e que é peculiar a essa forma de organização, assim como toda uma série de outros fenômenos do ciclo econômico, do mecanismo da formação de fortunas privadas etc. (SCHUMPETER, 1997, p.77)

1.3 Empresário Schumpeteriano e crédito

Schumpeter (1997) expôs a importância de dois elementos fundamentais para a ocorrência da inovação: a figura do empresário e o crédito. Ao primeiro era atribuída a condição de agente transformador, cuja função era a de realizar as novas combinações. Já o crédito era tido como a ferramenta através da qual o agente transformador conseguiria obter condições para adquirir os meios de produção e demais recursos necessários para promover as mudanças necessárias.

Schumpeter (1997) usou o termo empreendedor em um sentido bastante claro onde se referiu aos agentes econômicos que lideravam o processo de inovação. Conforme Souza (1997), a figura do empresário em Schumpeter deixa implícita a figura de um comandante no processo de inovação que possui em mãos a capacidade de orquestrar cientistas, técnicos, capital e outras partes substancialmente importantes no processo produtivo a fim de realizar as novas combinações. E agrega ainda o fato de que diante do espírito de liderança, não cabe ao empreendedor necessariamente descobrir novas combinações, mas sim, implementá-las. Considera-se ainda que ele não é detentor do risco, ficando esse nas mãos de quem provê os recursos para a realização da inovação. A figura do empresário Schumpeteriano também se difere do administrador existente no fluxo circular que não possui atividade relacionada ao desenvolvimento, como atribuído ao empreendedor.

Ressalta-se também em Schumpeter (1997) a diferenciação da figura do empreendedor em relação ao dono dos meios produtivos, ou capitalistas, pois, estes não realizando a inovação não devem ser considerados empreendedores. Desta forma, caracterizando o empresário Schumpeteriano deve-se compreender que tal agente é parte imprescindível da teoria do desenvolvimento elaborada pelo autor, representando item fundamental no processo de desenvolvimento capitalista. O empreendedor de Schumpeter não se encaixa dentro de uma análise estática como o fluxo circular. A sua participação na dinâmica capitalista ocorre na

realização de novas combinações, no processo de destruição criadora alterando o ponto de equilíbrio naquela economia e por consequência dessa turbulência, proporcionando um nível superior àquele sistema.

Inferindo à característica motivadora do empresário, Souza (1997) aponta que a iniciativa do empresário pode ter como ponto de partida o apoio oficial, mas o indivíduo empreendedor tem em si mesmo a capacidade de auto promoção por características individualistas e egocêntricas. Ideia essa corroborada por Schumpeter (1997) que aponta o desejo de conquistar, o desejo pela ampliação do lucro, a alegria de criar e fazer coisas, ou exercitar a energia e a engenhosidade como aspectos do empreendedor.

O segundo elemento fundamental para a geração das inovações, segundo Schumpeter (1997) é o crédito, sendo tratado como componente necessário ao financiamento das novas combinações. Esse elemento se faz necessário na trajetória do empresário no sentido de conferir a ele a possibilidade de investir nos meios de produção e é essencial ao desenvolvimento industrial, sem o qual não é possível gerar conturbações no sistema econômico, tendo sua função definida da seguinte forma:

A função essencial do crédito no sentido em que o tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais. (SCHUMPETER, 1997, p.110)

Observa-se em Souza (1997), que se o capitalista não tem participação substancial no ato de inovar (colocar em prática as inovações), essa figura é imprescindível na concessão do crédito, pois é de onde parte o recurso que virá a financiar as novas descobertas e sua implementação. São eles acionistas, especuladores da bolsa de valores, depositantes e pode-se considerar também assim o próprio banqueiro. Essa segunda figura agrega para si, conforme ainda visto em Souza (1997) a função de intermediário para a concessão do crédito, pois embora o capitalista possa ser banqueiro, o inverso nem sempre é verdade, de tal forma que caso o banqueiro não seja propriamente o capitalista, este atua de forma a ligar os capitalistas investidores aos empreendedores tomadores de crédito.

Quando comparado ao papel no fluxo circular, Schumpeter (1997) demonstra que o dinheiro e o crédito desempenham função real no processo de desenvolvimento e observa que o crédito é essencial às inovações. A oferta de crédito possibilita uma rápida redistribuição de recursos a favor dos empreendedores dando a possibilidade destes de requerer o uso de recursos

previamente ocupados a fim de compor os novos arranjos. Se observado na perspectiva do fluxo circular, essas variáveis são negligenciáveis tendo em vista que não há estoque de dinheiro e crédito, o que não ocorre a partir do momento da inclusão das inovações no sistema.

Conforme Oliveira (2014), essa realocação e utilização de recursos em favor dos empreendedores tende a causar elevação dos preços dos serviços produtivos, causando um fenômeno denominado de “inflação creditícia”, reduzindo o poder de compra percebido anteriormente. No entanto, após concluída a implementação da inovação com sucesso, a sociedade tende a obter ganhos que sobressairão a essa inflação percebida anteriormente, compensando suas perdas e concedendo dessa forma um aumento na renda daquela economia. Tais ganhos possibilitam inclusive que o empresário faça o pagamento das dívidas contraídas junto aos capitalistas e confira a ele lucro proveniente da inovação.

É essa expectativa de auferir maiores ganhos, como dito acima sobre o empresário e suas motivações, que induz o empreendedor à prática da inovação que é percebida como a mola propulsora para o desenvolvimento. A prática da inovação pelo empreendedor e o efeito multiplicador gerado pelo crédito não possuem um efeito infinito. Tão logo outro empresário se apossa do conhecimento para colocá-la em prática, ele o fará e o empresário pioneiro terá uma redução em sua capacidade de auferir os lucros extraordinários. Estando aí também um incentivo para a ocorrência constante da inovação. Nesse processo, a nação experimenta uma fase de crescimento que só deixa de acontecer quando estão todos os empresários num mesmo nível tecnológico, onde contribuam para uma divisão igualitária dos lucros e tendo assim, cessado os lucros extraordinários de poucos agentes para serem divididos então entre a maioria deles (SCHUMPETER, 1997).

1.4 Os ciclos econômicos como consequência das inovações

Ainda em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, Schumpeter (1997) aborda, como dito por ele mesmo, de forma superficial, os ciclos econômicos, que viriam a ser tratados de forma mais consistente em obra posterior denominada “*Business Cycles*” de 1939, sendo essa também uma de suas obras com maior repercussão no meio acadêmico. Contudo, neste trabalho, conforme explicitado na introdução do capítulo, a abordagem tratada é apenas a contida no Capítulo VII da “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Nesta parte de sua obra, o autor argumenta que em sua teoria dos ciclos é explicado que:

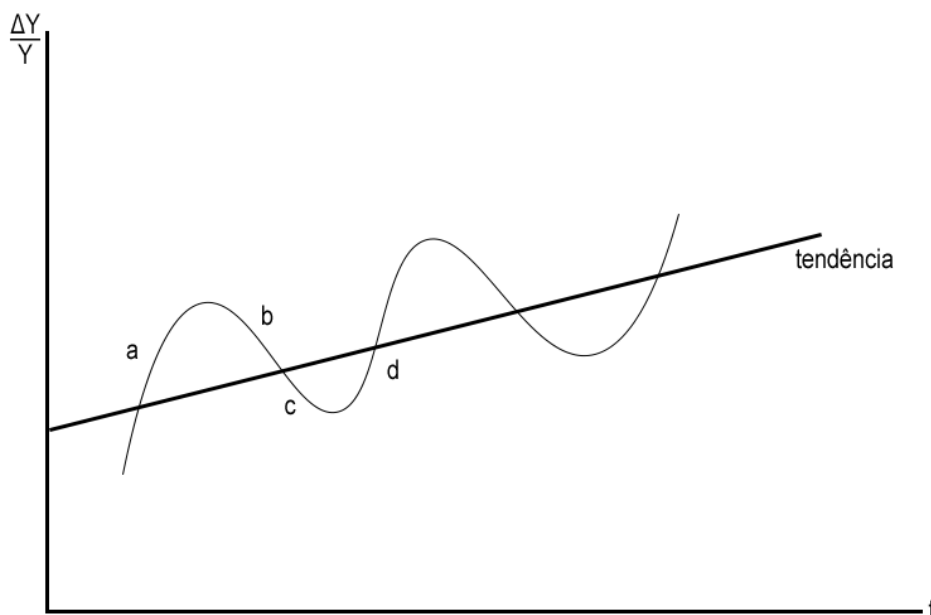
(...) o fenômeno das flutuações econômicas — quer estejam realmente ocorrendo agora, quer não — somente por uma corrente de causação objetiva

que percorre automaticamente o seu curso, ou seja, pelo efeito do aparecimento de novos empreendimentos sobre as condições dos já existentes, uma corrente de causação que decorre dos fatos explicados no capítulo II. (SCHUMPETER, 1997, p. 202)

Querendo dizer desta maneira, que os ciclos econômicos decorrem objetivamente das perturbações ocasionadas na economia de uma nação por meio das inovações, onde inicia-se uma expansão da atividade econômica em diversos setores daquele sistema, bem como inicia-se um processo de queda após o fim das perturbações, gerando retração na economia, ainda que observada sincronia com a tendência geral no desenvolvimento econômico daquele local. Dentro da estrutura dos ciclos, conforme visto em Souza (1997) se apresentam quatro fases:

- (a) ascensão ou *boom*;
- (b) recessão;
- (c) depressão;
- (d) recuperação.

Gráfico 1 - Estrutura de ciclos segundo Schumpeter



Fonte: Adaptado de Souza (1997)

No *boom* existe um nível de crescimento da produção acima da linha de tendência de longo prazo; quando aquele ciclo atinge seu ponto máximo de desenvolvimento (o pico) e as perturbações ocasionadas pelas inovações cessam, inicia-se então a “recessão” levando o ciclo ao declínio, observando-se dessa forma a redução no nível de atividade daquela economia.

Quando esse declínio cruza a linha de tendência do longo prazo nessa economia, conforme aponta Souza (1997), é alcançada a fase da “depressão” atingindo-se o nível mínimo de produção até o surgimento de novas perturbações, onde o ciclo entra na fase de “recuperação” onde reinicia-se a ascensão da atividade econômica, ainda que abaixo da linha de tendência do longo prazo.

Schumpeter (1982, *apud* SOUZA, 1997) aponta ainda que todo *boom* é seguido de uma depressão e toda depressão precede um novo *boom*, observando ainda que a duração dos ciclos não pode ser prevista pois cada caso aponta suas próprias peculiaridades. É importante ressaltar o fato, portanto então, de que os ciclos econômicos, conforme a visão de Schumpeter, são decorrentes da introdução das inovações no sistema econômico e a partir da propagação destas, ocorre um estágio de prosperidade onde há o desenvolvimento e a evolução desta economia. Após exauridas as possibilidades de ascensão o sistema entra em declínio produtivo cujo processo leva a economia a se adequar às novas condições, seguindo então uma nova onda de crescimento sob os mesmos moldes do ciclo anterior.

2. A ESCOLA NEO-SCHUMPETERIANA E A ABORDAGEM EVOLUCIONISTA

A partir da concepção schumpeteriana sobre inovação, houve a propagação de estudos sobre o tema que normalmente eram baseados nos pilares delimitados pelo economista austríaco. Contudo, embora tenha sido extremamente relevante, nem todos os tipos de inovação existentes foram teorizados por Schumpeter (BIGNETTI, 2011). É observado que um dos pilares da abordagem neo-schumpeteriana baseia-se na crítica à teoria neoclássica cuja dinâmica econômica é descrita fundamentada no equilíbrio ótimo, na maximização da função de produção e na escolha racional das firmas (TOREZANI e KRETZER, 2012).

Conforme exposto por Tigre (1998), as teorias formuladas pelos neo-schumpeterianos compõem uma consistente e articulada tentativa de construção de um corpo teórico renovado com a finalidade de estudar a firma, originando-se em dois pontos distintos, sendo um ponto emergido pelas ideias de Freeman (1974, 1984, *apud* TIGRE, 1998, p. 97-8) retomando a contribuição Schumpeteriana no sentido de incorporar o progresso técnico como uma variável chave do processo evolucionário da firma e do mercado, onde o autor aperfeiçoa e atualiza a teoria dos ciclos longos elaborada por Schumpeter, demonstrando como a difusão das inovações configura-se como elemento central dos movimentos cíclicos apresentados pela economia mundial, e por outro lado, um segundo ponto emergido a partir das ideias de Nelson e Winter (1982) cuja investigação se baseava além das ideias de Schumpeter, em ideias adaptadas da biologia evolucionista. Tais pontos se lançaram desta forma como as bases para a reconstrução das teorias da firma, contando com a contribuição de um número crescente de autores.

2.1 A inovação além de Schumpeter

Conforme exposto por Borzaga e Bodini (2014), após a publicação da 1ª edição da obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Schumpeter em 1912, diversos trabalhos têm sido realizados a fim de compreender com maior rigor o processo de inovação e seus aspectos. Desde como surgem, como se dá a evolução da inovação, seus efeitos, como contribuir para a sua ocorrência, dentre outras tantas abordagens. Afirma-se desta forma a origem da escola neo-schumpeteriana sob os desdobramentos das contribuições de Schumpeter ao tema.

Segundo Jesus (2007), esse grupo de economistas contemporâneos procurou compreender o comportamento da dinâmica econômica a partir das inovações como sua força motriz, onde buscavam uma alternativa teórica aos pressupostos neoclássicos que concebiam a

economia a partir de modelos estáticos focados na firma e nos mercados, abandonando assim o referencial de equilíbrio.

Possas (1989) apontou que os autores denominados neo-schumpeterianos estavam reunidos em dois grupos distintos, mas que embora tivessem abordagens diferentes, não apresentavam rivalidades doutrinárias, convergindo na contestação ao modelo neoclássico. Sob essa perspectiva, são identificados um grupo apoiado nos trabalhos de Richard Nelson e Sidney Winter (1982) desenvolvidos na *Yale University*, onde foi concebida uma abordagem evolucionária baseada em conceitos da biologia e outro grupo, originário na *University of Sussex*, no Reino Unido, que possui autores de grande expressão como Christopher Freeman, Carlota Perez e Giovanni Dosi, voltados à análise da geração e difusão de novas tecnologias desde sua natureza até os impactos, ressaltando a inter-relação existente entre a dinâmica industrial e a estrutura de mercados. O autor ainda enfatiza que a proposta do critério metodológico nesta situação é baseado no desequilíbrio e na incerteza; o princípio teórico é a concorrência e o autor de referência para os estudos é, logicamente, Schumpeter. Jesus (2007) aponta que embora existam tais expoentes em ambas correntes neo-schumpeterianas, os autores que abordam o tema não estão restritos aos citados acima, possuindo representantes em todos os continentes e também no Brasil.

A perspectiva de Nelson e Winter (1982) possui uma abordagem onde a dinâmica do processo de inovação tem relação com os mecanismos da evolução biológica, inspirando dessa forma a denominação “evolucionista” desse pensamento, que segundo Possas (2008), rompe com alguns pressupostos neoclássicos tradicionais de maximização e de equilíbrio por prezar comportamentos e estratégias mais realistas sob parâmetros de incerteza e racionalidade limitada que geram trajetórias em aberto e fora do equilíbrio.

Conforme exposto por Nelson e Winter (1982), sob a ótica evolutiva, o comportamento dinâmico das firmas segue um mecanismo de rotina, busca e seleção. O mecanismo de seleção, tal como na sua analogia à evolução biológica, escolhe no transcorrer do tempo as firmas com melhor rendimento decorrente de estratégias operacionais mais eficientes, as chamadas rotinas. Quando exaurida a eficiência da rotina empregada por uma empresa, elas tendem ao processo de busca, que se trata de uma demanda por estratégias renovadas de operação e produção. Ainda conforme Nelson e Winter (1982), no ambiente de competição de uma economia capitalista a empresa inova a fim de manter-se no mercado.

No segundo grupo teórico, existem autores como Freeman e Perez (1988), cujo pensamento aponta que a teoria neo-schumpeteriana tende a um menor nível de abstração da realidade sendo formada por modelos formais e análises apreciativas que não necessariamente constroem um todo homogêneo. Como apresenta uma ligação muito próxima com a história, esse conjunto de ideias leva em conta a compreensão de contextos sociais, econômicos, tecnológicos e institucionais como algo fundamental para a explicação de trajetórias e ciclos econômicos.

Freeman (1987, *apud* TIGRE, 2006) foi um dos responsáveis por introduzir a linha de abordagem institucionalista que possui como foco principal a interação entre diversos atores econômicos, sociais e políticos de forma a facilitar a difusão das inovações a partir do fortalecimento da capacitação dos agentes. Essa visão institucionalista apresenta o conceito de Sistema Nacional de Inovações (SNI), no qual Tigre (2006) aponta ser um importante revigorador do assunto no que tange a atrair contribuição de autores para tratar sobre o tema.

Perez (2002) apresentou desdobramentos dos trabalhos de Schumpeter acerca dos ciclos econômicos dando importante contribuição a partir do desenvolvimento do conceito de Paradigma Tecno-Econômico bem como sua caracterização para justificá-los. Contribuição essa que foi rediscutida juntamente com Freeman (1988) no sentido de demonstrar as consequências das mudanças radicais nos padrões da sociedade, salientando também, além da participação da firma nesse processo, o envolvimento de outras instituições sociais.

A contribuição de Dosi (1982), através do seu artigo *Technological Paradigms and Technological Trajectories* veio no sentido de criticar a teoria econômica convencional (modelo neoclássico) e seu limitado entendimento sobre a dinâmica econômica a partir de uma abordagem estática no processo de mudança técnica. Análise essa que não proporcionava ferramentas teóricas eficientes para uma compreensão adequada da realidade. Desta forma, seu trabalho apresentou instrumentos teóricos que tornaram possível compreender o funcionamento das forças que impulsionam a dinâmica do progresso técnico e suas direções específicas. Dosi (1982) aplicou o termo “paradigma” com a finalidade de descrever a mentalidade atuante em nível de sistema (econômico) cujo progresso tecnológico ocorre e trata da “Trajetória Tecnológica” como sendo uma tendência onde uma “forma dominante” tende a se sobressair às demais experiências tecnológicas, sendo considerada não necessariamente a mais sofisticada ou elegante, mas a mais popular, ditando o caminho cujos esforços são canalizados com a finalidade de promover a inovação (BESSANT e TIDD, 2015).

Vale ressaltar que a visão neo-schumpeteriana, ainda que mais ampla e complexa que a visão trazida ao meio acadêmico por Schumpeter, ainda assim destaca a questão da lucratividade e ganhos empresariais como força motriz das inovações, sendo considerados os conceitos tradicionais acerca do tema.

2.2. A inovação como ferramenta para o desenvolvimento

Foi argumentado por Schumpeter (1997), contrariando os preceitos neoclássicos de equilíbrio, que a força motriz para o desenvolvimento econômico se encontrava nas inovações, como um processo que ocasionava perturbações no sistema expandindo sua capacidade produtiva. Os neo-schumpeterianos, ainda que baseados nas explicações iniciais do autor, acrescentaram uma maior complexidade ao tema por ter sido Schumpeter omissivo em algumas perspectivas que foram necessárias para a análise econômica àquela época, sob o contexto do surgimento da escola neo-schumpeteriana, na década de 1980.

Conforme apresentado por Santos *et al.* (2011) a escola neo-schumpeteriana respaldou a importância da inovação no desenvolvimento econômico ampliando o leque de modalidades de inovação existentes, tornando a conceituação e contextualização do tema ainda mais complexa. Freeman (2007) indica que tal ampliação na delimitação sobre o assunto manifestasse sob a ocorrência de uma revolução tecnológica, podendo ser o seu ressurgimento atribuído a esse contexto de época e ao maior reconhecimento da relevância da dinâmica das inovações e flutuações econômicas em ciclos de longo prazo.

Na ótica schumpeteriana, a inovação girava prioritariamente em torno das grandes firmas privadas, ainda que firmas menores tivessem um certo grau de importância nas perturbações do sistema, dizendo-se o mesmo em relação a surtos de inovação advindos de universidades ou departamentos governamentais (CONCEIÇÃO, 2000), mas foi através de Freeman (1975, *apud* CONCEIÇÃO, 2000) que as instituições sociais foram vinculadas ao processo de progresso tecnológico e suporte às inovações.

Nelson e Winter (1982) possuíam grande interesse sobre o comportamento das firmas e das organizações, tendo sido os pioneiros no tocante a trazer para a análise econômica elementos utilizados na biologia moderna. Segundo Kupfer e Hasenclever (2002) no ambiente empresarial apresentam-se empresas que inovam e empresas que imitam as inovações, sendo que as empresas que praticam a imitação podem levar vantagem sobre as demais quando de alguma forma conseguem melhorar o processo produtivo ou conseguem alguma vantagem

comparativa frente às empresas inovadoras. Sob esse panorama, a firma pode seguir duas políticas distintas: a primeira voltada para a inovação e a segunda voltada para a imitação.

Sob esse contexto, Nelson e Winter (1982) apontam que ao iniciar um processo de inovação a empresa não sabe se tal estratégia será lucrativa ou não, de forma que a empresa só saberá se a inovação será bem sucedida após a sua implementação. De acordo com Kupfer e Hasenclever (2002) os desdobramentos da teoria schumpeteriana por Nelson e Winter (1982) decorreram do pensamento inicial acerca da dinâmica da concorrência e da inovação, bem como sua importância na dinâmica capitalista. Na crítica à Teoria Neoclássica, Nelson e Winter (1982) propõem a ruptura com postulados ortodoxos ligados ao equilíbrio, sugerindo uma substituição pela noção de trajetória e o pensamento de racionalidade maximizadora, apresentando alternativamente a noção de racionalidade limitada.

Sob o contexto da biologia evolucionista, conforme foi apresentado por Nelson e Winter (1982), a implementação de mecanismos de rotina, busca e seleção conduzem as empresas a um estágio de mutação (inovação) onde um incerto resultado positivo surge através de tentativas realizadas ao longo do tempo, levando em consideração também a individualidade de cada uma dessas evoluções que possui dentro de si um conjunto de características únicas adquiridas no decorrer do processo. Outro ponto importante acerca da visão sobre a inovação, é que, possuindo a capacidade de inovar, até mesmo empresas menos aptas perante seus concorrentes são capazes de se manterem no mercado, corroborando para a ruptura proposta por Nelson e Winter (1982) ao pensamento neoclássico de maximização.

Para Freeman (1987), existem quatro categorias de inovação: (a) incremental, que ocorre como resultado de invenções ou melhorias no processo de produção, assim como resultante de *feedbacks* de usuários dos bens ou serviços. O autor aponta ainda que inovações incrementais feitas de forma isolada não demonstram mudanças significativas, porém, seus efeitos são aparentes no constante aumento de produtividade; (b) radical, que apresenta eventos descontínuos e são geralmente consequência de atividades planejadas de pesquisa e desenvolvimento em empresas privadas ou em laboratórios universitários ou governamentais. Esse tipo de inovação ocorre de forma assimétrica nos setores da economia ao longo do tempo e são inseridas dentro do sistema quando percebe-se a sua capacidade de impactar significativamente o sistema; (c) mudanças do sistema tecnológico, que conforme Freeman *et al.* (1982), trata-se de uma grande quantidade de inovações radicais e incrementais em produtos e em processos postas em prática de forma concomitante, podendo citar como exemplo

conjuntos de inovações de materiais sintéticos e inovações petroquímicas nos anos 1930 a 1950 do século XX, introduzindo também o conceito de “*clusters* de inovações”, que eram técnica e economicamente inter-relacionados; e o quarto tipo de inovação, que são as (d) mudanças no paradigma tecnológico (revolução tecnológica), onde neste caso ocorrem mudanças abrangentes na tecnologia, que são capazes de afetar diversos segmentos da economia (ou até mesmo todos), bem como criar novos setores, totalmente novos. O autor exemplifica esse caso citando o motor a vapor e a energia elétrica. Uma característica desse tipo de inovação é que a mudança no paradigma tecnológico afeta a estrutura de custos de insumos e as condições de produção e distribuição de praticamente todos setores da economia (FREEMAN *et al.*, 1982).

A argumentação de Freeman (1987) propõe que a inovação incremental faz parte de qualquer indústria ou prestação de serviços e ocorre de forma natural seja em maior ou menor intensidade, podendo ser ou não fruto de projetos organizados de pesquisa e desenvolvimento. São melhorias no processo que aumentam a capacidade produtiva da empresa. As inovações radicais resultam de atividades planejadas e organizadas de pesquisa e desenvolvimento realizadas em empresas, universidades, laboratórios, etc. e não realizadas de forma contínua por seu caráter eventual.

As mudanças no sistema tecnológico tem a capacidade de impactar um ou diversos setores da economia de forma concomitante. É uma combinação de inovações incrementais com inovações radicais juntamente a novas estruturas organizacionais que impactam um quantidade moderada de empresas. Algumas mudanças no sistema tecnológico são tão grandes que são capazes de promover um impacto no próprio comportamento da economia. Já quando se fala em inovação a partir da mudança do paradigma tecnológico, leva-se em conta um processo demorado onde existe um conjunto de inovações realizadas capazes de alterar todo um setor da economia (FREEMAN, 1987).

Para Dosi (1988), pode-se considerar a inovação como uma ação complexa inserida em um processo relacionado à descoberta, desenvolvimento, experimentação e adoção de novos produtos e/ou processos produtivos, ou novas técnicas organizacionais. Salienta ainda que a inovação é um processo útil à resolução de problemas de natureza tecnológica que é capaz de gerar valor. Ainda segundo Dosi (1988) a quebra de paradigma está inerente à inovação, onde mudanças de tecnologias são capazes de desenvolver novas trajetórias tecnológicas alterando esse paradigma.

Sob grande influência de Nelson e Winter (1982), Dosi (1988) apresenta a teoria evolucionária de mudança técnica e organizacional de uma forma sistemática. Os *Building Blocks* que compõem essa metodização da teoria podem ser apresentados da seguinte forma: i) o sistema observa a persistente ocorrência de inovações que acontecem com a aplicação de novas soluções técnicas em forma de produtos, processos e organizações. Sendo assim, a tecnologia é atribuída como uma variável parcialmente endógena às firmas; ii) a procura por novas soluções também é endógena e recorrente (“mutação”, no sentido análogo à biologia). Implicando numa barreira a cada uma delas para que alcancem um único e idêntico estado geral de equilíbrio, tendo em vista que possuem diferentes oportunidades de pesquisa e solução aos problemas existentes de uma firma para a outra, conforme diferentes competências e sua história (“herança genética”); iii) assim se caracteriza o sistema, a partir de processos descentralizados que podem proporcionar sucessos ou fracassos para as firmas na busca e aplicação de novas soluções. Trata-se de um conjunto de descobertas, que podem ser úteis ou inúteis, processos de tentativa e erro, compostos por aprendizados produtivos ou não e diversas forma de competição que acabam por recompensar ou punir os agentes, que são heterogêneos (“seleção natural”); e iv) o sistema é caracterizado pela interação de tais agentes heterogêneos. A partir disso, advém uma possível regularidade de evolução do sistema, justificada pelo conjunto dos comportamentos desses agentes.

A sistemática descrita acima expõe, desta forma, a ocorrência de sistemas que demonstram uma dinâmica não linear, dependente individualmente de cada agente atuante no sistema. Fica claro para Dosi (1992) que num sistema econômico, as inovações, que ocorrem a partir de perspectivas diferentes em cada agente heterogêneo, proporciona uma multiplicidade de caminhos dinâmicos e, conseqüentemente, apresentarão comportamentos produtivos e solução de problemas diferenciados, mesmo que os agentes estejam contextualizados sob um mesmo paradigma tecnológico.

Um outro aspecto importante acerca do pensamento neo-schumpeteriano é que mesmo sendo Schumpeter um economista ligado ao livre mercado, as teorias desenvolvidas por ele são consideradas úteis para a fundamentação de políticas econômicas sob a perspectiva do seu entendimento em relação ao funcionamento da economia, aspectos determinantes do crescimento e o funcionamento das instituições. Sendo possível verificar também uma afinidade entre o pensamento neo-schumpeteriano e o pensamento neo-institucionalista, que quando agregados um ao outro, se complementam formando o que é chamado de abordagem

“institucionalista-evolucionária”, cujo foco de análise é a coevolução de tecnologias, estruturas econômicas e das próprias instituições (NELSON, 2002).

O processo de inovação sob as premissas desse novo patamar de análise se torna elemento base para a compreensão da dinâmica de todo o sistema capitalista. Sendo assim:

(...) os autores neo-schumpeterianos rejeitam o paradigma do equilíbrio característico da análise neoclássica, propondo para o seu lugar o estudo da interação endógena entre estratégia (da firma) e estrutura (do mercado) ao longo do tempo a partir dos esforços inovativos das empresas, onde o desequilíbrio é a regra. A concorrência passa a ser pensada como um processo dinâmico incessante, endógeno ao sistema econômico, capaz de gerar instabilidade estrutural, e no qual a diversidade e as assimetrias competitivas são características permanentes. (GRASSI, 2005, p. 35)

Pode ser percebido desta forma, que a escola neo-schumpeteriana possui uma estrutura teórica e metodológica cuja aplicabilidade passa por considerar situações endógenas como influências relevantes ao processo de inovação retirando o foco atribuído exclusivamente ao empresário e ao crédito como em Schumpeter.

2.3 A inovação sob perspectivas multidisciplinares

O tema inovação possui variadas abordagens além das perspectivas tratadas anteriormente neste trabalho, mas embora haja tal multidisciplinaridade na análise, o que pode ser observado através de publicações diversas é a existência de uma relação entre os pontos de vista, mesmo sob panoramas diferenciados.

Drucker (1989) traz a definição da inovação como sendo uma ferramenta do empresário que possibilita explorar oportunidades e apresentar diferenciais. É o ato de amplificar o potencial dos recursos (pessoas e processos) aumentando suas capacidades produtivas visando melhorar a eficiência do empreendimento, seja econômica ou social. É o instrumento dos empreendedores que possibilita a exploração das mudanças no mercado em forma de oportunidades de negócio, mesmo que não saibam no início se os resultados almejados serão alcançados.

Trabalhos mais recentes que versam sobre inovação trazem conceituações mais amplas. Percebe-se em Tidd *et al.* (2008), que a conceituação traz a ideia de que pode ser considerada inovação a mudança que agregue valor, seja ele social ou econômico, que promova o desenvolvimento de novos valores que venham a manter ou aumentar o potencial competitivo de um empreendimento gerando ganhos.

Para Porter (1990), a perspectiva é a do ganho de vantagem competitiva do meio empresarial através de movimentos de inovação proporcionados pelo cenário nacional, apontando que os países exercem papel diferenciado neste processo. O autor atribui ao ambiente institucional favorável à inovação a responsabilidade para justificar grande parte do crescimento econômico, abrangendo o conceito de tecnologia tanto como novidades tecnológicas, quanto novas formas de produção e ressaltando a importância da capacidade de adesão da sociedade a produtos e padrões técnicos, ambientais e culturais típicos de diferentes mercados externos.

Conforme OECD/EUROSTAT (2018), a inovação pode ser identificada como inovação em produtos, inovação em processo, inovação em produto e em processo e inclui também as empresas do setor de serviços. De acordo com o manual, a inovação tecnológica em produto assume duas formas: a de produtos tecnologicamente novos, onde as características ou a utilização esperada se diferenciam dos produzidos anteriormente e a outra se trata do aprimoramento tecnológico de produtos existentes, onde seu desempenho ou suas capacidades são aperfeiçoadas. Já a inovação tecnológica em processos produtivos é a admissão de novos processos ou relevantemente melhorados. Essas modificações podem ocorrer nos equipamentos ou apenas na organização da produção. Tratando-se das empresas do setor de serviços, a publicação abrange empresas cujo fornecimento de serviços é especializado em serviços baseados em conhecimento.

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (MANUAL DE OSLO, 2005, p.55).

É apontado por Phillips *et al.* (2008) que na literatura acadêmica que trata de inovação, existem duas correntes díspares, onde a primeira estuda processos organizacionais e sociais produtores de inovação, onde estes processos se relacionam com a criatividade do indivíduo, a estrutura da organização, o contexto ambiental onde está inserida e a fatores socioeconômicos. Já a segunda corrente investiga origens e consequências econômicas que partem da inovação, gerando novos produtos, recursos e métodos. É ainda acrescentado que existe a análise de dois critérios para que algo seja considerado como inovação. Primeiro, para algo ser inovação, tem que haver uma característica de novidade, mesmo que não seja necessariamente original. O critério número dois é vinculado à melhoria. Para ser considerado inovação, determinado novo

produto, processo ou método deve trazer mais eficácia ou mais eficiência que outras alternativas disponíveis.

Conforme observado, pode ser concluído que para existir a inovação, é fundamental que haja alguma melhoria, algum aperfeiçoamento, seja em algum bem ou serviço, como também em algum método ou processo, demonstrando ganhos de produtividade e/ou capacidade econômica em sua implementação.

2.4. Sistemas Nacionais de Inovação e o ambiente institucional

O meio originário das inovações conforme trabalhado por Schumpeter (1997) se dava dentro do ambiente das firmas, contudo, a retomada dos estudos relacionados ao tema efetuada pelos autores neo-schumpeterianos provocou uma expansão nesse núcleo, que conforme apontado por Pelaez (2003, *apud* JESUS, 2007) passou a englobar também o ambiente institucional onde a firma está inserida. Embora esta seja uma característica apontada como inerente à escola neo-schumpeteriana por Jesus (2007), não houve por parte de autores como Dosi (1983, *apud* JESUS, 2007) e Nelson e Winter (1982) um direcionamento consistente no debate sobre o tema para tal perspectiva, apontando que essa abordagem teve maior consistência a partir dos trabalhos desenvolvidos por Freeman (1993).

Os estudos conduzidos por Freeman (1995) apontados acima se referem às origens do conceito de Sistemas Nacionais de Inovação descritas pelo autor como sendo uma união de instituições, atores e mecanismos em um determinado país que cooperam para a criação, avanço e difusão das inovações tecnológicas. Podendo destacar-se como esses atores e mecanismos o sistema educacional, institutos de pesquisa públicos e privados, as firmas e seus respectivos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, leis de proteção à propriedade intelectual, bem como agências governamentais e universidades.

Conceição (2002) associa o Sistema Nacional de Inovação a um Sistema Nacional de Instituições cuja análise proposta indica que o conceito de SNI possui dificuldades de aplicação devido à falta de especificação sobre as trajetórias de inovação como resultado fundamental em uma economia, de forma que a pretensão de abordagens institucionais nesse sentido é exatamente de preencher lacunas existentes na evolução das abordagens sobre sistemas nacionais que acabam por desvincular-se das abordagens de SNI desenvolvidas por cientistas políticos, economistas políticos, sociólogos industriais, etc.

Segundo observado em Godin (2007), embora haja sustentação em diversos estudos que atribuem a origem e repercussão do conceito de Sistemas Nacionais de Inovação aos trabalhos de Freeman (1993), Nelson (1993) e Lundvall (1992), sua pesquisa indica que tal abordagem de forma sistêmica remete-se à década de 1960, sob os cuidados da OCDE, contudo, sem uma utilização da expressão proposta pelos referidos autores, mas com ideias que influenciaram consideravelmente a abordagem que viria a se desenvolver. Godin (2007) salienta também que não foi apenas a OCDE a responsável pela evolução de tais ideias, dado o fato de que ao longo dos anos 1960 a análise sistêmica e a dinâmica econômica eram bastante populares no âmbito dos cientistas sociais.

Conforme a definição apresentada pela OCDE (1997), a abordagem sobre sistemas de inovação estudam a influência das instituições externas sobre as atividades inovadoras de empresas e outros atores, indicando que um Sistema de Inovação (SI) é constituído por uma rede de instituições dos setores público e privado, cujas atividades estabelecem, importam, modificam e difundem novas tecnologias. Desta forma, os Sistemas Nacionais de Inovação podem ser considerados como conjuntos de agentes, instituições e práticas relacionadas entre si que constituem, executam e participam de processos de inovação tecnológica com a finalidade de criar, armazenar e expandir conhecimento, experiências e informação.

É descrito por Lundvall (1992) e Nelson (1993), que um Sistema Nacional de Inovação é integrado por elementos e relações que possuem interação na produção, na difusão e na utilização de novos conhecimentos economicamente úteis. Para Nelson e Rosenberg (1993), os SI são integrados por instituições cujas interações ocorrem de forma a condicionar ou restringir umas às outras, de forma que todo o complexo funciona conjuntamente, objetivando determinar o desempenho inovador de empresas nacionais.

Tais conceitos se assemelham sob uma perspectiva mais superficial, contudo, Lundvall (1992) traz um conceito de SNI mais amplo e de acordo com a sua ótica, nos Sistemas Nacionais de Inovação estão inclusas todas as partes e aspectos da estrutura institucional e econômica que afetam o aprendizado, a busca e a exploração das inovações e/ou novos conhecimentos, abrangendo sistemas como pesquisa, sistema de produção, marketing, financeiro, entre outros. Acrescentando ainda que a delimitação dos subsistemas e instituições que compunham o SNI deve ser deixada para ser analisada posteriormente, explicitando que existe uma flexibilidade analítica em cada situação. Além disso, para Lundvall (1992), as fronteiras do próprio Sistema Nacional de Inovação não pode ser deliberadamente demarcada, cabendo ao pesquisador a

decisão sobre essa variável de acordo aos seus objetivos, tendo em vista que mesmo seus limites podem influenciá-lo de forma significativa.

Para Edquist (2001), um sistema de inovação é formado por todas entidades econômicas, organizações políticas e sociais e demais fatores que influenciam a concepção, desenvolvimento, difusão e utilização da inovação. Conforme descrito pelo autor, um Sistema de Inovação compreende um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais, organizacionais, institucionais ou quaisquer outros que possam compor um cenário propício à prática da inovação. Desta forma, a origem sistêmica dos processos de inovação apontam o caráter colaborativo e inter-relacionado das empresas inovadoras juntamente com outras organizações, sendo que o comportamento dessas organizações é balizado pelas instituições envolvidas: leis, regras, normas, rotinas, etc., e que podem atuar tanto no sentido de promover as inovações, como também criar obstáculos (EDQUIST, 2005).

No sentido da contribuição de Freeman e Perez (1988) cujo trabalho está centrado numa remodelação mais ampla do conceito da “destruição criadora” exposta por Schumpeter (1997) e utilizam o conceito de paradigma técnico-econômico destacando a capacidade de reorganização do capitalismo em épocas de crise, suscitam que tal reorganização ocorre em uma linha sequencial de construções históricas definidas pela dinâmica tecnológica, econômica e institucional das crises. O referencial tecnológico, econômico e institucional estabelecido pelo paradigma técnico-econômico vigente em cada um dos períodos de grandes crises abre espaço para uma série de trajetórias tecnológicas e novos arranjos institucionais que podem se ajustar de diversas maneiras no tempo e no espaço. Desta forma, a partir do ponto de vista econômico, a alteração de um paradigma técnico-econômico para outro não se limita a trazer apenas um grande conjunto de novos produtos, mas torna propicia uma nova forma de fazer coisas antigas.

No ponto de vista institucional, conforme apontado por Freeman e Perez (1988) a alteração no paradigma técnico-econômico provoca mudanças significativas na sociedade como um todo, onde, considerando diferentes trajetórias, tais mudanças se dão de maneiras diferentes nas diversas formações socioeconômicas ao passo que cada uma delas possui atitudes, políticas, instituições, etc. diferentes. Sendo assim, ganhos econômicos atribuídos aos processo de inovação e difusão consequentes das tecnologias centrais do paradigma só ocorrerão plenamente na medida em que novas possibilidades institucionais forem abertas e incorporadas ao processo. O fato de que as tecnologias estejam disponíveis e que as inovações por elas ocasionadas sejam economicamente viáveis, por si só não é suficiente para que seja

desencadeado um novo ciclo de desenvolvimento baseado em sua difusão. É primordial que a disponibilidade tecnológica e a viabilidade econômica evoluam também institucionalmente.

Fica evidente na literatura acerca do tema, a partir das mais variadas abordagens, a grande importância dada pelos autores ao ambiente de interação entre os mais variados atores e instituições que compõem o processo de inovação, onde o bom desempenho inovador resultante dessa interação se converte em benefícios à sociedade. Conforme observado ao longo do capítulo, um Sistema Nacional de Inovação deve ser estruturado de forma a promover a articulação dos agentes/atores proporcionando o desenvolvimento da inovação no espaço geográfico a que pertence, num processo que é complexo e depende da sinergia coletiva.

3. INOVAÇÃO SOCIAL: CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS

Conforme visto ao longo deste estudo, o conceito de inovação sofreu diversas modificações com o passar do tempo, no entanto, as mudanças não se limitaram apenas a sua parte teórica. Percebe-se que o objeto inovação se tornou muito mais complexo, agregando novas características, agentes e objetivos, de tal forma a ganhar força e expressividade não somente como a mola mestra do capitalismo. Assim como houve a evolução do conceito de inovação sob as premissas do pensamento neo-schumpeteriano, seu entendimento não permaneceu estagnado desde então e continua em evolução.

O termo inovação social é considerado recente conforme exposto por Bignetti (2011) e sua definição e abrangência estão distantes de um consenso na literatura acadêmica. As novas vestes da inovação como antes conhecidas se modificaram para além dos limites das empresas e da apropriação do lucro. Dentre tantas novas faces assumidas, uma delas trata da inovação social como uma forma não de apropriar os valores, mas de criá-los (MIZIK e JACOBSON, 2003). Sendo assim, diversas perspectivas são observadas quando se trata de compreender a inovação social, possuindo abordagens interdisciplinares e adaptações conforme o objetivo da área onde ela é aplicada dando origem a uma diversidade de características e fatores.

3.1. O conceito de inovação social e as diferentes abordagens

Como pode ser visto em Silva e Bignetti (2012) o conceito de inovação social e o conceito de inovação como percebido em Schumpeter e por conseguinte nos neo-schumpeterianos podem apresentar intersecções, pois existe certa similaridade entre as suas definições, principalmente quando relacionadas as inovações tecnológicas junto às inovações sociais. Contudo, como já visto acima, se as noções schumpeteriana e neo-schumpeterianas convencionais são fundamentadas na busca pelo resultado econômico e a lucratividade, as inovações sociais voltam seu foco para as questões sociais. Percebido desta forma que a oposição dos objetivos em si não retratam plenas incongruências entre inovação tecnológica e inovação social, havendo ligação entre ambas.

A inexistência da unanimidade no meio acadêmico em relação à definição do termo inovação social, conforme exposto em Bignetti (2011) e já citado acima estabelece a necessidade de se considerar uma quantidade variada de conceitos publicados para respaldar o estudo e compreender melhor sua abrangência. Silva e Bignetti (2012) apresentam como possível surgimento do termo um conjunto de trabalhos realizados na década de 1970,

considerando James B. Taylor (1970, *apud* CLOUTIER, 2003) e Dennis Gabor (1970, *apud* CLOUTIER, 2003) como precursores do tema, que embora muito menos trabalhado que a inovação em seu sentido mais amplo, tem sua significância em desenvolvimento no meio acadêmico, principalmente nos Estados Unidos (BIGNETTI, 2011).

Conforme exposto acima, em 1970 surgem as primeiras definições sobre o tema inovação social, sendo Taylor e Gabor considerados os precursores. Para Taylor, a inovação social era definida como resultado da busca de respostas às necessidades sociais a partir da introdução de “novas formas de fazer as coisas”, como por exemplo, formas de lidar com a pobreza. Para Gabor, as inovações sociais eram ferramentas utilizadas para lutar por novos arranjos sociais, como por exemplo no formato de novas leis ou novas tecnologias (SILVA e BIGNETTI, 2012). Segundo Bignetti (2011), a multiplicidade de conceitos existentes para o termo é consequência de suas definições visarem o benefício social em oposição às definições tradicionais que tem sua essência voltada aos benefícios financeiros.

Segundo Murray, *et al.* (2010) o protagonismo assumido pelas inovações sociais nas últimas décadas é decorrente da incapacidade política em solucionar problemas de grande pressão na sociedade, como mudanças climáticas, epidemia mundial de doenças crônicas e a ampliação das desigualdades sociais decorrentes do modelo econômico atual. A ineficiência dos métodos de combate tradicionais utilizados na política e departamentos governamentais ineficientes pressionaram a sociedade civil pela busca de soluções não disponibilizadas nem pelo Estado, nem pelo mercado. Em Caulier-Grice, J. *et al.* (2012) outros fatores são descritos para justificar a ascensão da inovação social e sua difusão, relacionando por exemplo uma crescente insatisfação com a ênfase tecnológica dada à literatura sobre inovação e políticas de inovação, insatisfação essa que gerou a ampliação no foco em inovação social, tanto nas políticas quanto na pesquisa.

Em Bignetti (2011), onde fala sobre a expansão dos estudos relacionados à inovação social, é apresentada a difusão do tema principalmente nos Estados Unidos, onde estão destacadas as universidades de Stanford, Harvard e Brown. O Canadá conta com a participação do CRISES (*Centre de Recherche sur Les Innovations Sociales*) vinculado a universidades que possuem objetivos comuns sobre a pesquisa no âmbito da inovação social. A participação da Europa emerge principalmente da Universidade de Cambridge onde surgem iniciativas como o projeto EMUDE (*Emerging User Demands for Sustainable Solutions*), projeto este que investiga o potencial da inovação social como motor de transição para uma sociedade mais sustentável.

Caulier-Grice, J. *et al.* (2012) expõem que o surgimento da inovação social ocorreu de forma prática num primeiro momento, com pessoas fazendo coisas novas e isso repercutiu mais do que a maneira de pensar sobre elas no meio acadêmico. Essa condução prática fez com que surgissem então diversos significados para o tema, onde algumas definições eclodem de forma bastante específica enquanto outras nascem de forma ampla a ponto de não necessariamente englobar soluções inovadoras. Desta forma, sendo a prática da inovação social um tema agregado em diversos campos de estudo, é perfeitamente compreensível que existam diversos conceitos e haja também a variação na forma como ela é praticada diante de contextos e necessidades sociais diferenciados.

Bignetti (2011) apresenta um quadro onde demonstra uma série de conceitos atribuídos à inovação social sob as diferentes perspectivas de diversos autores com estudos relevantes concernentes ao tema:

Quadro 1 - Conceitos de inovação social

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino <i>et al.</i> 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificados - que tem por objetivo o aumento de efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Stanford Social Innovation Review	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leboul (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e a sua participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Mouleart <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e <i>empowerment</i>) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como um todo e não indivíduos em particular.

Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: BIGNETTI (2011, p.6)

Observando-se os conceitos apresentados no quadro acima, fica evidente a afirmativa de que a inovação social em seus mais diversos conceitos e definições busca o benefício dos seres humanos como principal objetivo, divergindo do conceito tradicional fundamentalmente voltado aos benefícios financeiros. Percebe-se também além disso, como exposto nesse trabalho, a multidisciplinaridade que o tema abrange, sendo analisado em diversas perspectivas.

3.2 Análise sistêmica das inovações sociais

A grande diversidade de perspectivas analíticas sobre a inovação social que promove uma grande quantidade de definições e demonstra a sua multidisciplinaridade, por vezes pode também atrapalhar sua análise por não ser estabelecido um padrão sobre suas principais características como suas dimensões, seus atores, beneficiários, entre outras. Contudo, alguns autores trazem perspectivas mais relevantes de onde podem ser tiradas informações mais robustas e contundentes para respaldar uma análise sobre o tema. Desta forma, esse estudo se baseia nas proposições realizadas por Cloutier (2003) e Tardif e Harrisson (2005) cujos trabalhos apresentam uma esquematização e delimitação na abordagem, tornando as características e o ambiente onde ocorrem as inovações sociais mais facilmente identificáveis.

Já foi dito anteriormente que uma das características mais marcantes da inovação social está em seu objetivo de buscar ampliar o bem-estar social, enquanto na perspectiva de inovação a partir de Schumpeter as teorias se desenvolvem sob a plataforma do engrandecimento dos valores econômicos. Em Bignetti (2011) é verificado que a inovação social se destaca como uma nova resposta dada pela sociedade para um problema que traz insatisfação à coletividade em necessidades básicas como educação, saúde, lazer, trabalho, turismo, transporte e etc.

Julie Cloutier, pesquisador ligado ao CRISES e importante nome no que se refere à difusão das ideias vinculadas à inovação social ressalta a importância de se parametrizar critérios que possibilitem o reconhecimento de uma inovação social (CLOUTIER, 2003). Segundo o pesquisador, para que se possa considerar uma inovação social, a ação deve apresentar os seguintes aspectos: a) inovadora e experimental em um dado contexto; b)

disposição para a tomada de risco por parte dos atores do projeto; c) impacto sobre as políticas sociais em nível nacional ou local; d) qualidade da parceria entre atores; e e) participação dos beneficiários do projeto.

Para Cloutier (2003), a inovação social está focada no indivíduo, ou seja, as mudanças buscadas se manifestam primeiramente a nível individual de forma que o indivíduo modifique sua forma de ver o seu meio, estimule e desenvolva seu potencial a fim de solver seus problemas. O pesquisador visualiza a inovação social como um ato de solidariedade social que visa recuperar a dignidade dos indivíduos oferecendo condições de autonomia e organização em suas vidas.

Na concepção adotada por Cloutier (2003), a inovação social se define como um ato gerador de novas relações sociais, novas estruturas ou novos modos de decisão, que nascem a partir de uma consciência individual para depois atingir uma consciência coletiva, que se altera de acordo ao contexto e é dependente de seu caminho, fomentando mudanças que ocasionam em uma melhor integração de grupos excluídos. No quadro a seguir encontram-se os tipos de inovações sociais tratadas por Cloutier, bem como suas diferenças:

Quadro 2 - Classificação das inovações sociais

Classificação	Tipo de inovação social		
	Centrada no Indivíduo	Orientada pelo Meio	Realizada nas Empresas
Forma	Imaterial, se opondo à noção de “produto”	Imaterial (novas relações sociais)	Novas formas de organização do trabalho
Processo	Interação e cooperação entre os envolvidos, desde a tomada de consciência da necessidade e, a concepção do projeto, até a execução	Criação de novas instituições ou modificação do papel das existentes	Desenvolvimento de novas estruturas de produção
Atores envolvidos	Indivíduos	Sociedade; Poder público	Direção e colaboradores
Objetivos da Mudança	Solução de problemas sociais	Melhoria da qualidade de vida	Perspectiva instrumental: necessidade de um rearranjo que facilite a criação do conhecimento e a inovação tecnológica; Perspectiva não-instrumental: melhoria da qualidade de vida no trabalho
Exemplo de Ações	Empréstimos iniciais realizados pelo <i>Grammen Bank</i> , quando o objetivo inicial era a retirada das mulheres artesãs da situação de pobreza	Consolidação do <i>Grammen Bank</i> , promovendo desenvolvimento econômico e social nas regiões onde atuava	Estrutura composta por mulheres; forma de prospecção de clientes

Fonte: (Adaptado de Patias *et al.*, 2017) p. 5 - Adaptado de Cloutier (2003) e Santos (2012)

Conforme demonstrado no quadro acima, o autor sugere que as inovações sociais podem ser classificadas a partir de quatro diferentes configurações: 1) sua forma, onde indica que a inovação social é algo imaterial, referindo-se essencialmente a formas de se fazer, ações e práticas. Opõe-se à noção de produto e aponta que a inovação é inovadora porque representa uma solução pronta para ser utilizada num determinado contexto; 2) seu processo, sendo a inovação social caracterizada pela participação dos beneficiários no seu processo, desde a sua concepção até a sua implementação; 3) seus atores, indicando que para além dos beneficiários que são os protagonistas da inovação social, ela também envolverá outros agentes no processo, que podem ser denominados atores e proporcionam pontos de vista múltiplos ao objeto; e 4) os objetivos da mudança, onde visa resolver problemas sociais, melhorando ou satisfazendo questões cujos meios oficiais não são capazes de atuar.

Maurer (2011), propõe a partir do modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005) que a análise das inovações sociais passa por cinco dimensões principais que possibilitam a sua identificação, e compõem o quadro a seguir:

Quadro 3 – As dimensões de análise de uma inovação social conforme o CRISES

Transformações	Contexto macro/micro - Crise - Ruptura - Descontinuidade - Modificações estruturais	Econômico - Emergência - Adaptação - Relações de trabalho - Relações de produção e consumo	Social - Recomposição - Reconstrução - Exclusão/ Marginalização - Prática - Mudança - Relações sociais
Caráter inovador	Modelo - de trabalho - de desenvolvimento - Governança Quebequense (Economia Social)	Economia - do Saber/Conhecimento - Mista - Social	Ação social - Testes - Experimentos - Políticas / Programas - Arranjos institucionais - Regulação social
Inovação	Escala - Local	Tipos - Técnica - Sociotécnica - Social - Organizacional - Institucional	Objetivo - Bem comum - Interesse geral - Interesse coletivo - Cooperação

Atores	Sociais - Movimentos cooperativos/ comunitários/ associativas - Sociedade civil - Sindicatos	Organizações - Empresas - Organizações - Economia social - Organizações coletivas - Destinatários	Instituições - Estado - Identidade/Valores/Normas Intermediários - Comitês - Redes sociais/ de alianças/ de inovação
Processo	Modo de coordenação - Avaliação - Participação - Mobilização - Aprendizagem	Meios - Parcerias - Integração - Negociação - Empoderamento - Difusão	Restrições - Complexidade - Incerteza - Resistência / Tensão - Compromisso - Inflexibilidade institucional

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005) e Maurer (2011)

As dimensões propostas por Tardif e Harrisson (2005) foram desenvolvidas depois de analisados 49 estudos sobre o tema, realizados por membros do CRISES, onde foram extraídas características analíticas que permitissem a identificação das inovações sociais. Segundo os autores, as categorias que corroboram para a identificação do processo de inovação social são: a) transformação; b) caráter inovador; c) características da inovação; d) atores envolvidos; e e) processo de desenvolvimento da inovação.

É importante ressaltar que o modelo mencionado acima embora seja particularmente tratado a partir de estudos realizados no CRISES, possui semelhanças com as características concebidas por outros autores, corroborando o objetivo comum das inovações sociais que é a melhoria da qualidade de vida dos membros envolvidos naquele processo de inovação.

No modelo concebido por Tardif e Harrison (2005), quando se trata da dimensão “Transformação”, fala-se do contexto em que a mudança está envolvida. Quando surge, a inovação social normalmente está vinculada a um momento de crise, podendo ser de caráter social ou econômico e indica um momento de descontinuidade e ruptura da situação atual. É dito que o cenário de crise motiva o surgimento de inovações buscando transformações econômicas e sociais, que são dois ângulos importantes que afetam a análise dessa dimensão acarretando em mudanças estruturais.

A segunda categoria, na dimensão que identifica o “Caráter Transformador”, os autores apontam que o processo de inovação é uma resposta da sociedade ao contexto vivido. Falando-se de um momento de crise, por exemplo, a sociedade é impulsionada a solucionar a questão e ocorre o enfrentamento dos problemas de uma forma inédita que conseqüentemente mitiga os efeitos negativos da situação afrontada. Nessa dimensão existe a participação dos

atores na implementação de novos arranjos institucionais e/ou normas na comunidade. É uma dimensão composta por três perspectivas analíticas que envolvem: 1) Modelo, que pode ser incorporado pelas ações sociais; 2) Economia, podendo gerar novos tipos de economias (Economia do Conhecimento, Economia Social, Economia Mista, etc.); e 3) Ação Social, indicando iniciativas e experimentos que possam respaldar a inovação.

A terceira dimensão das inovações sociais citada por Tardif e Harrisson (2005), chamada “Inovação” abrange os diferentes tipos e características da inovação social, sua escala e os propósitos aos quais são implementadas. Classifica as inovações como: Técnica, onde são promovidas melhorias aos indivíduos através da implementação de novos produtos ou tecnologias; Sociotécnica, definição atribuída às inovações que ocorrem dentro das organizações e se estendem às demandas sociais; Social, que são aquelas inovações desenvolvidas por atores da sociedade civil e que não são propagadas por organizações, empresas ou órgãos oficiais; e também as Inovações Institucionais, concebidas a partir da atuação do Estado, como novas leis e acordos que contribuam para a melhoria de áreas como saúde, emprego e educação.

Na dimensão “Atores”, a quarta categoria de análise das inovações sociais, Tardif e Harrisson (2005) referem-se aos agentes que atuam no desenvolvimento e implementação das inovações sociais. Tardif e Harrisson (2005) classificam esses atores em: Social, Organizacional, Institucional ou Intermediário, classificações essas que definem a relação estabelecida entre atores e inovação. Nessa perspectiva, são chamados atores sociais aqueles advindos da sociedade civil, os atores organizacionais abrangem empresas, organizações da economia social, empreendimentos coletivos e etc.; os atores denominados institucionais são instituições vinculadas ao Estado, bem como a identidade, normas e valores de cada um dos atores. Tratando-se de atores intermediários, estão englobados os “atores híbridos” que são as relações entre diferentes atores de forma a gerar comissões ou redes sociais de inovação. Os autores destacam nessa dimensão a situação de aprendizagem coletiva por consequência dos sujeitos envolvidos na ação e as particularidades existentes em cada um deles e tem como objetivo a cooperação entre todos os atores envolvidos no processo.

A quinta e última dimensão analítica no modelo exposto por Tardif e Harrisson (2005), chamada “Processo”, explana sobre as etapas existentes desde a criação até a implantação da inovação social sob determinado contexto, incluindo os impactos do projeto. Aborda os meios cujo processo se estabelece e objetiva coordenar a ação de todos os atores envolvidos, para que

estejam todos integrados e cooperativos para o sucesso do projeto. Segundo os autores, essa dimensão de análise busca compreender a complexidade e a incerteza existente na dinâmica da ação, restrições e conformidades dos atores, limitações institucionais ao processo de inovação partindo de uma ótica preditiva de experimentação e avaliação que são essenciais para a identificação de situações que possam trazer restrições ao processo de inovação e sua difusão.

As dimensões para análise e caracterização de uma inovação social levantadas acima consideram a inovação social desde sua concepção, introduzindo o fator motivador para sua ocorrência, a introdução da ação como uma novidade sob aquele contexto, os agentes envolvidos, tanto executores quanto beneficiários, bem como a cooperação existente entre os mesmos, objetivando sempre a melhoria das condições de vida da sociedade com o aprimoramento de métodos, técnicas, produtos e relações sociais. A evolução do conceito de inovação nesse sentido, respalda a interação entre os agentes sociais no intuito de promover o bem-estar social e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar o desenvolvimento dos conceitos teóricos sobre inovação desde Schumpeter até o conceito contemporâneo de inovação social, com a finalidade de responder ao problema da pesquisa que suscita a questão de como esse conceito evoluiu desde as ideias do teórico até os dias de hoje, buscando traçar um perfil sobre o seu desenvolvimento.

Deste modo, ao longo desse estudo foi descrita a trajetória de evolução do conceito de inovação a partir da teoria elaborada por Schumpeter. Em sua obra percebe-se as primeiras rupturas quanto aos pensamentos da escola neoclássica. Schumpeter afasta-se do *mainstream* da economia ao renegar conceitos como o fluxo circular e a concorrência perfeita, desenvolvendo sua teoria a partir de um crescimento endógeno da economia derivado de perturbações ocasionadas no sistema a partir dos processos de inovação liderados pelas empresas, trazendo temas importantes ao debate, como a função do crédito e do empresário, a destruição criadora e a dinâmica cíclica da economia.

Décadas após a difusão da sua teoria, observa-se a retomada dos estudos elaborados por Schumpeter. Essa retomada é atribuída à escola denominada Neo-Schumpeteriana ou Evolucionista e ocorre sob um contexto de crise, onde os estudiosos do campo da economia buscavam explicações aos fenômenos econômicos da época, trazendo mais complexidade e robustez aos conceitos trabalhados, incluindo novas variáveis e perspectivas.

Vale sustentar a informação de que tal escola também possuía rupturas com o pensamento neoclássico e que duas correntes não rivais eclodiram sob tal perspectiva: uma em *Yale University*, nos Estados Unidos, sob liderança de Nelson e Winter onde sua obra acerca das inovações trazia um panorama de analogia junto aos fenômenos da biologia (e daí o nome de “evolucionista” da escola) para explicar o processo de inovação, difusão e desenvolvimento e outra corrente surgida em *Sussex* no Reino Unido, cujo expoente maior conforme observado no trabalho foi Freeman, apresentando estudos acerca da inovação que trouxeram a discussão também ao patamar institucional buscando elementos e atores além da firma que contribuía com o ambiente inovativo, dando origem ao conceito de Sistemas Nacionais de Inovação.

É observado também que as abordagens vinculadas ao estudo da inovação trazem diversas perspectivas e a falta de uma sistematização “oficial” por vezes dificulta a convergência para estudos voltados ao tema. Alguns autores desta forma buscam descrever e

sistematizar as abordagens a fim de universalizar os conceitos e o entendimento sobre o assunto, contudo, trata-se de um tema em plena ascensão e ainda é inconclusiva uma delimitação que consiga restringir o conceito. Acrescenta-se que diferentes abordagens e diferentes perspectivas acabam por trazer uma aplicabilidade diferente em alguns momentos e tal dificuldade em definir o termo pode gerar divergências em sua análise e por consequência disso, criar obstáculos na congruência de informações e percepção de resultados a partir das práticas obtidas.

Utilizando-se das diversas abordagens acerca do assunto e suas ramificações mais específicas, explorou-se o conceito de inovação social. O tema agrega perspectivas produzidas em diversas áreas do conhecimento, porém, neste estudo buscou-se delimitar sua conceituação, agentes participantes do processo, bem como as dimensões analíticas a partir das informações apresentadas por autores que são considerados referência em sua abordagem.

Retomando desta forma ao problema elaborado no início do trabalho, a evolução do conceito de inovação ocorreu diante de mudanças sociais iminentes em seus respectivos tempos e na busca pela resolução de problemas surgidos a partir da modernização do sistema econômico. Desta forma, verificou-se que a inovação saiu do seu núcleo inicial, cuja criação e difusão se limitava ao ambiente empresarial e era de responsabilidade das firmas que decidiam ou não inovar sob um contexto de incerteza, buscando sua permanência e efetividade no mercado para novos patamares, onde a inserção de novos atores e beneficiários alteraram todo o ambiente institucional as quais as inovações estavam ligadas.

Esse novo ambiente de origem das inovações trouxe também alterações em seu papel, onde, a partir da articulação desses diversos atores passa-se a buscar o bem-estar social e traduz-se em ações para solucionar problemas que fogem ao controle das firmas. Desta forma, um novo ambiente institucional propício para a ocorrência da inovação social envolve firmas, indivíduos beneficiários, entidades governamentais, entidades acadêmicas e sobretudo, proporcionam um ambiente de interação entre todos esses agentes na busca pela inovação. Por fim, salienta-se a importância de difundir um conceito atualizado sobre a inovação, seu surgimento e suas funções de forma a impactar positivamente no desenvolvimento social.

Diante de todos os aspectos observados ao longo do estudo, o presente trabalho pode servir de provocação e ponto de partida, proporcionando bases para futuras pesquisas que busquem analisar de forma empírica possíveis ocorrências de inovação social, bem como modelos mais aperfeiçoados de identificação e caracterização desses eventos que objetivem

discriminar ações sociais e identificar sua natureza inovativa bem como os impactos causados por tais movimentos no meio geográfico em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- BESSANT, J.; TIDD, J. **Gestão da Inovação**. 5ª. Edição. Porto Alegre: Bookman, 2015
- BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. Ciências Sociais Unisinos, v.47, n.1, p. 3-14, 2011.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BORZAGA, C.; BODINI, R. *What to make social innovation? Towards a Framework for Policy Development*. Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S1474746414000116>> Acesso em: 01/10/2018
- CAULIER-GRICE, J.; DAVIES, A.; PATRICK, R.; NORMAN, W. *Defining Social Innovation*. (2012) Disponível em: <<https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/12/TEPSIE.D1.1.Report.DefiningSocialInnovation.Part-1-defining-social-innovation.pdf>>. Acesso em: 18/10/16.
- CLOUTIER, J. *Qu'est-ce que l'innovation sociale?*. Montréal: CRISES, (2003).
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural**. Ensaios FEE, Porto Alegre, V.21, n.2, p. 58-76, 2000.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Teses FEE, Porto Alegre, n.1, 2002.
- DOSI, G. *Technical paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants of technical change*. Research Policy, v. 2, n. 3, p. 147-62, 1982.
- DOSI, G. *Sources, Procedures, and Microeconomic Effects of Innovation*. Journal of Economic Literature, Sussex, v. 26, n. 3, 1988.
- DOSI, G. (1991). *Perspectives on evolutionary theory*. Science and Public Policy, V. 18, n.6, p.353-361, 1992.
- DENIS, H. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- EDQUIST, C. *The systems of innovation approach and innovation policy: an account of the state of art*. DRUID Conference, 2001.
- EDQUIST, C. *Systems of innovation – perspectives and challenges*. In: Fagerberg, J; Mowery, D.; Nelson, R. R. (eds.) The Oxford Handbook of Innovation, Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 181-208.

FREEMAN, C. *Technology policy and economic performance*. Londres: Pinter Publishers London and New York, 1987.

FREEMAN, C. *National innovation systems: a comparative analyses*. Londres: Pinter, 1993.

FREEMAN, C. *The 'National System of Innovation' in historical perspective*. Cambridge Journal of Economics, 1995, v. 19, pp. 5-24.

FREEMAN, C. *A Schumpeterian renaissance?* In: HANUSCH, Horst; PYKA, Andreas (Editors). *Elgar Companion to Neo-Schumpeterian Economics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2007.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. *Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior*. In: DOSI, G. et al. (Org.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988, p. 38-66.

FREEMAN, C.; CLARK, J.; SOETE, L. *Unemployment and technical innovation: a study of long waves and economic development*. London: Frances Pinter Publishers, 1982.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODIN, B. *National innovation system: The system approach in historical perspective*. In: *Project on the History and Sociology of STI Statistics*, working paper no. 36: Québec, Canada, 2007.

GRASSI, R. A. **Concorrência schumpeteriana e capacitações dinâmicas: explicitando eles teóricos**. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, v. 5, n. 5, 2005, pp. 29-46. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbee/article/view/4309>> Acesso em 04/10/2018

JESUS, J. A. **KIBS, inovação e aprendizado: uma análise a partir do APL de TI da Região Metropolitana de Salvador e Feira de Santana**. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2007. 127 p.

KUPFER, D. HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 4a ed, 1992.

LUNDEVALL, B. *National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. London: Pinter, 1992.

MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação**. Produção: ARTI e FINEP. 3. ed. 2005. Disponível em <<https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>> Acesso em 08/10/2018.

MAURER, A. M. **As Dimensões de Inovação Social em Empreendimentos Econômicos Solidários do Setor de Artesanato Gaúcho**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MIZIK, N.; JACOBSON, R. *Trading Off Between Value Creation and Value Appropriation: The Financial Implications of Shifts in Strategic Emphasis*. Journal of Marketing, v. 67, jan, pp. 63-76, 2003. Disponível em <<https://www0.gsb.columbia.edu/mygsb/faculty/research/pubfiles/500/jmkg.67.1.063.pdf>>. Acesso em 11/10/2018.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. *The Open Book of Social Innovation*. London, NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: <<https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf>>. Acesso em: 18/10/2018.

NASAR, S. **A Imaginação Econômica. Gênios que Criaram a Economia Moderna e Mudaram a História**. São Paulo: Companhia das Letras, Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, 2011, 577 p.

NELSON, R.; WINTER, S. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge. Harvard University Press, 1982. 437 p.

NELSON, R. R. *National Systems of Innovation: a Comparative Study*. Oxford University Press, Oxford, 1993.

NELSON, R. R. *Bringing institutions into evolutionary growth theory*. Journal of Evolutionary Economics, n. 12, 2002

NELSON, R. R.; ROSENBERG, N. *Technical innovation and national systems. National innovation systems: a comparative analysis*. Oxford University Press, Oxford, 1993, pp. 1-18.

OCDE. *National innovation systems*. Paris: OCDE, 1997.

OECD/EUROSTAT. *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxemburgo, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1787/9789264304604-en>> Acesso em 03/12/2019.

OLIVEIRA, F. A. **Schumpeter: a destruição criativa e a economia em movimento**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 10, n. 16 jan./jun. 2014.

PATIAS, T. Z. et al. **Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora?** Revista Brasileira de Gestão e Inovação, v. 4, n. 2, jan./abr. 2017.

PEREZ, C. *Technological Revolutions and Financial Capital: the dynamics of bubbles and golden ages*. Cheltenham,UK: Edward Elgar, 2002.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. **Rediscovering Social Innovation**. Califórnia: Stanford Social Innovation Review, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242511521_Rediscovering_Social_Innovation>. Acesso em: 13/10/18

PORTER, M. E. **A Vantagem competitiva da nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 11ª ed, 1990.

POSSAS, M. L. **Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana**. In: AMADEO, E. J. (Org.). Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989. pp. 157-177.

POSSAS, M. L. **Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micromacrodinâmica**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, pp. 281-305, 2008.

SANTOS, A. B. A.; FAZION, C. B.; MEROE, G. P. S. **Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter**. Revista Eletrônica da Faculdade de Administração da PUC/SP, São Paulo, v. 5, n. 1, 2011

SANTOS, A. C. M. Z. **O desenvolvimento da inovação social - inibidores e facilitadores do processo: o caso de um projeto piloto da ONG Parceiros Voluntários**. Tese (Doutorado em administração), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo, Nova Cultural, 1997, 240 p.

SILVA, S. B.; BIGNETTI, L. P. **A inovação social e a dinâmica de inovação aberta na rede brasileira de living labs**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GCT1794.pdf> Acesso em 18/10/2018.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997, 420 p.

SWEEZY, P. **Teóricos e teorias da economia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

TARDIF, C & HARRISSON, D. **Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovation sociale au CRISES**. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIGRE, P. B. **Inovação e teorias da firma em três paradigmas**. Revista de Economia Contemporânea, v. 3, pp. 67-112, 1998.

TIGRE, P.B. **Gestão da Inovação: a Economia da Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006.

TOREZANI, T. A.; KRETZER, J. A dinâmica das inovações tecnológicas e as transformações tecno-econômicas dos novos paradigmas tecnológicos, In: IV Congresso Anual “El desafío del desarrollo para la Argentina en un contexto mundial incierto”. aeda – Asociación de economía para el desarrollo de la Argentina, 2012, pp. 1-20.